

POTENCIALIDADES DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU NA REGIÃO TURÍSTICA BAIXADA VERDE (RJ)

CARLOS HENRIQUE MONTES GOMES¹

JOANA DA SILVA CASTRO SANTOS²

JOSILENE SATYRO SALDANHA CORDEIRO³

DOI: <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2020.v8n12p1>

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar a participação do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) como Unidade de Conservação, com grandes potencialidades para o lazer e o turismo, especialmente como parte da Região Turística Baixada Verde. A metodologia escolhida partiu da revisão bibliográfica com o objetivo de identificar o potencial turístico do Parque na mais nova região turística, criada em 2017, pelo Ministério do Turismo. O estudo revelou que o Parque não só possui as características e potencialidades necessárias ao desenvolvimento do turismo e do lazer no município e região, como apontou que o PNMNI se configura como um dos principais atrativos naturais da Baixada Verde.

Palavras-chave: Turismo; Baixada Verde; Unidade de Conservação.

POTENTIALITIES OF NOVA IGUAÇU MUNICIPAL NATURAL PARK IN THE TOURISTIC REGION OF BAIXADA VERDE (RJ)

ABSTRACT

This research aimed to analyze the participation of the Nova Iguaçu Municipal Natural Park (PNMNI) as a protected area, with great potential for leisure and tourism, especially as part of the Baixada Verde Touristic Region. The chosen methodology started from the bibliographic review with the purpose of identifying the Park's touristic potential in the newest touristic region, created in 2017, by the Ministry of Tourism. The study revealed that the Park not only has the characteristics and potential needed for the development of tourism and leisure in the municipality and region, but also pointed out that the PNMNI is one of the main natural attractions of the Baixada Verde.

Keywords: Tourism; Baixada Verde; Protected Area.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a atividade turística tem se revelado uma importante alternativa sustentável de desenvolvimento local de várias pessoas e territórios, principalmente naqueles em que as áreas verdes predominam. Tal característica contribuiu bastante para a atração de pessoas e investimentos no setor, principalmente daquelas que buscam maior contato com a natureza, a prática de esportes ou apenas lazer e descanso.

Nesse contexto, a Baixada Fluminense, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, foi considerada região turística segundo a Portaria nº 197 do Ministério do Turismo, em setembro de 2017. Esta portaria instituiu o Mapa do Turismo Brasileiro, depois da iniciativa da Secretaria de Estado de Turismo em promover a expansão e interiorização do turismo no estado (BRASIL, 2017). A região recebeu este nome por

¹ Graduado em Tecnologia em Gestão de Turismo. Nova Iguaçu, RJ. E-mail: henriqueclaudia@uol.com.br

² Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS/UFRJ), graduada em Licenciatura em Turismo (UFRRJ). Bolsista do Consórcio CEDERJ como Mediadora Pedagógica Presencial no curso de graduação semipresencial em Tecnologia em Gestão de Turismo (CEFET/RJ). E-mail: joanascasantos@gmail.com

³ Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (UFRRJ). Especialista em Gestão Pública Municipal (UNIRIO). Bacharel em Administração (UNESA). Bolsista do Consórcio CEDERJ como Articuladora Acadêmica e Mediadora Pedagógica Presencial no curso de graduação semipresencial em Tecnologia em Gestão de Turismo (CEFET/RJ). E-mail: josilenesatyro@yahoo.com.br

abrigar 11% da área natural preservada do estado de um total de 36% composta por: unidades de conservação, parques naturais, áreas de proteção ambiental, reserva biológica e da vida silvestre, entre outras introduzindo outro olhar sobre uma região estigmatizada por fatores de pobreza e violência.

Dessa forma, a cidade de Nova Iguaçu, um dos municípios que compõem a Baixada Verde, ganhou destaque por abrigar uma extensa área verde como o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI). O espaço verde em meio à área urbana fica bem perto do centro da cidade, aberto ao público para visitação o ano todo e   muito utilizado para a prática de trilhas, ecoturismo e lazer tanto pela popula o quanto por turistas.

O caminho metodológico deste trabalho contou com revisão bibliográfica consultando livros e artigos (GIL, 2002) a fim de analisar a participa o do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) como Unidade de Conserva o, com grandes potencialidades para o lazer e o turismo, especialmente como parte da Região Turística Baixada Verde. Assim, o estudo foi estruturado em se oes, onde, na primeira, será apresentado o conceito de unidades de conserva o e algumas características da atividade turística na natureza. Na segunda se o, serão abordadas as características e principais atrativos do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, seguido da Região Turística Baixada Verde e, por fim, as potencialidades do Parque como parte do desenvolvimento do turismo na região da Baixada Fluminense.

1 – TURISMO NA NATUREZA E AS UNIDADES DE CONSERVA O

O turismo tem se tornado uma atividade estratégica para o desenvolvimento local das cidades, a fim de alavancar a economia local de maneira sustentável. No Brasil, o investimento em políticas públicas para o setor, desenvolvidas pelo Ministério do Turismo, estabelece planos e instrumentos de planejamento turístico, que visam diretrizes ou estratégias de implementa o de uma Política Nacional de Turismo que tem por objetivo ordenar a oes no setor, orientando esforços na utiliza o de recursos públicos para o desenvolvimento em todo país.

Observando a história da sociedade, os indivíduos sempre se deslocaram de um lugar para o outro a fim de satisfazer suas necessidades, tais como alimenta o, moradia entre tantas outras. Com o passar do tempo, as pessoas que possuíam melhores condi oes financeiras se ausentavam de suas moradias por determinado período de tempo, a fim cuidarem da saúde ou desfrutarem de climas mais prazerosos ou apenas descanso (TRIGO, 2004). O turismo como conhecemos atualmente, teve seu primeiro desenrolar a partir da Revolu o Industrial, para atender demandas por transporte de mercadorias para fins de comércio. Com o tempo, os meios de transportes com características rudimentares ganharam contornos mais sofisticados, possibilitando deslocamentos entre pessoas e mercadorias de forma mais rápida e confortável. De acordo com Trigo (2004) ‘...*existiam na época apenas dois meios de transporte importantes, construídos em ferro e a o, dotados de motores   propulsão com base a vapor d’água: os navios de passageiros e as locomotivas*’ (TRIGO, 2004, p.13). Ambos possibilitaram condi oes viáveis de desenvolvimento do turismo (deslocamentos) em larga escala, realizado de maneira mais rápida ao se comparar aos outros meios de transporte tradicionais da época.

Nesse sentido, Boullón (2004) aponta outro fator de promo o de desenvolvimento do turismo no século XVIII, quando os trabalhadores conquistaram o direito a um tempo livre fora do ambiente das fábricas, dedicado ao descanso ou   prática de qualquer atividade criativa de seu gosto. De acordo com o autor,

...para que o tempo livre seja efetivo, deve se converter em algo diferente daquele se emprega para reparar o cansaço físico. Algo como um tempo extra que o indivíduo conquistou para si mesmo. Supõe-se que o tempo livre seja financiado por salários ou retribui oes obtidas trabalhando, e

que esse benefício, qualquer que seja o nível socioeconômico do indivíduo, deva se usado criativo (BOULLÓN, 2004, p. 128).

De acordo com Ruschmann (1997), a apropriação da grande massa populacional na atividade turística pode ser considerada uma ação recente, pois a participação desta no turismo ‘...estava restrita a uma elite que dispunha de tempo e de dinheiro para realizar suas viagens’ (RUSCHMANN, 1997, p. 13). Somente após a Segunda Guerra Mundial é que o turismo começou a desenvolver características do atual modelo que conhecemos.

Os motivos que levam as pessoas ao deslocamento turístico são diversos, como: congressos, eventos esportivos, finalidades artísticas, religioso, descanso, viagem à trabalho, dentre outros. Nesse sentido, Ruschmann (1997) aponta que:

O turismo da atualidade apresenta-se sob as mais várias formas. Uma viagem pode estender-se de alguns quilômetros até milhares deles, incluindo um ou vários tipos de transporte e estadas de alguns dias, semanas ou meses nos mais diversos tipos de alojamento, em uma ou mais localidades. A experiência da viagem envolve a recreação ativa ou passiva, [...] nas quais o turista utiliza uma variedade de equipamentos e serviços criados para seu uso e para a satisfação de suas necessidades (RUSCHMANN, 1997, p. 13-14).

Aliado a isso, o cuidado com o meio ambiente tem se tornado uma pauta importante nos debates da atualidade por sua estreita relação com as atividades turísticas. Cada vez mais tem se comprovando que o cuidado com o meio ambiente e os recursos naturais disponíveis, tem exercido forte atração de pessoas, tendo em vista que muitos recursos pelo qual o turismo se apropria são recursos oriundos da natureza. Assim, ‘...a inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontável, uma vez que este último constitui a “matéria-prima” da atividade’ (RUSCHMANN, 1997, p. 19).

Com base nesse breve contexto, nota-se que a precariedade e a deterioração das condições de vida nas grandes cidades têm levado as pessoas a procurarem lugares que ofereçam opções lúdicas e reais de contato com a natureza para fins de descanso ou se desligarem das preocupações do dia-a-dia. A atividade turística na natureza pode proporcionar o desenvolvimento da localidade de forma econômica e social, podendo ser considerado um fator positivo aliado ao turismo. Porém, a atividade turística descontrolada pode causar danos negativos, como: poluição (do ar, da água e sonora) ou degradação da paisagem, da fauna e da flora. Para evitar isso, a observação de fatores importantes durante o planejamento e manejo do local destinado ao turismo precisam ser respeitados, a fim evitar maiores problemas, conforme aponta Beni (1998):

[...] a conservação das áreas receptoras do turismo ecológico, deve atingir tanto a população residente como os turistas, a fim de preservar a atividade turística e garantir oportunidades de emprego. [...] A preservação e a utilização dos atrativos naturais para o Turismo também dependem da formação de guias especializados para orientar e acompanhar a permanência dos turistas no espaço natural. [...] Número máximo anual de visitantes que o atrativo turístico natural pode suportar, sem sofrer alterações, considerando-se o equilíbrio dinâmico entre ambiente, quantidade de turistas e qualidade dos serviços instalados. [...] Todos os projetos, programas e empreendimentos do Turismo ecológico devem ser fiscalizados tanto pelos agentes público quanto pelas organizações não-governamentais (BENI, 1998, p. 63).

A relação intrínseca existente entre turismo e meio ambiente pode aumentar o interesse da população pelo local, porém, para que isso aconteça de forma sustentável, é preciso cuidar dos recursos naturais disponíveis através da conscientização das pessoas, dos agentes públicos e do turista, preservando a identidade local. Dessa forma, preservar o meio ambiente também seria uma forma de respeito à cultura e a identidade local. De acordo com Odum (2004),

[...] a conservação, no seu sentido amplo, sempre foi uma das aplicações mais importantes da ecologia. Infelizmente o termo “conservação” sugere “armazenagem”, como se a ideia fosse simplesmente a de um racionamento de abastecimento estático, de tal forma, que possa ficar alguma coisa para o futuro (ODUM, 2004, p. 649).

Quando observamos uma Unidade de Conservação, pensamos em sua paisagem natural. Nesse sentido, podemos dizer que ‘...a paisagem natural é aquela que ainda não foi mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje praticamente não existe. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem ele é, todavia, objeto de preocupações’ (SANTOS, 2008, p. 71).

O ponto inicial para criação de áreas protegidas como conhecemos atualmente, remonta à antiguidade, ainda na metade do século XIX, conforme abordado por Diegues (1998). Para ele,

...as bases teóricas e legais para se conservar grandes áreas naturais foram definidas na segunda metade do século XIX quando da designação de hectares da região nordeste de Wyoming como parque Nacional de Yellowstone, em 1872. De acordo com Nash, essa destinação foi “o primeiro exemplo da preservação de grandes áreas naturais no interesse público”. (DIEGUES, 1998, p. 99).

Depois da criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos, em 1872, considerado um dos parques mais antigos do mundo, outros países foram adotando a mesma iniciativa e padrão. No Brasil, o primeiro Parque Nacional foi criado em 1937, no município de Itatiaia interior do estado do Rio de Janeiro em área montanhosa. Um dos principais objetivos de sua criação foi o de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer e turismo à população (DIEGUES, 1998). Atualmente, a legislação de proteção das unidades de conservação no Brasil está sistematizada e concentrada na Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) incluindo os parâmetros de cuidado e proteção ao meio ambiente aplicados em todo territorial nacional.

De acordo com a Lei, entende-se por Unidade de Conservação:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; (BRASIL, 2000, p. 5).

De acordo com Lei nº 9.985, as Unidades de Conservação que integram o SNUC estão divididas, conforme suas características, em dois grupos distintos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Este instrumento tem sido de grande importância para os gestores públicos que o utilizam como base para a implementação de áreas protegidas ou de conservação em seus territórios em diferentes escalas (BRASIL, 2000).

O grupo das Unidades de Proteção Integral está representado pela categoria de Unidade de Conservação: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre. E o grupo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável está representado pelas: I - Áreas de Proteção Ambiental; II - Áreas de Relevante Interesse Ecológico; III - Florestas Nacionais; IV - Reservas Extrativistas; V - Reservas de Fauna; VI - Reservas de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu está inserido na categoria de Unidade de Proteção Integral, categoria III por sua relevância ecológica, beleza cênica, domínio público, aberto à visitação para pesquisas científicas, recreação e desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental em contato direto com a natureza ou para o turismo ecológico (BRASIL, 2000), conforme será abordado na seção a seguir.

2 – O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU

O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) está localizado na parte ocidental do maciço do Gericinó – Madureira – Mendanha. Foi criado pelo Decreto nº 6.001 de 5 de junho de 1998 e considerado, em 1996, integrante da Reserva da Biosfera pela UNESCO (NIMA, 2010). Inicialmente, esta unidade de conservação era denominada como Parque Municipal de Nova Iguaçu, mas o Decreto nº 8.092 de 03 de junho de 2008, promoveu sua readequação para Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu. Na área do parque encontram-se os bairros Kaonze em Nova Iguaçu; Presidente Juscelino, Santa Terezinha, Coréia e Edson Passos no município de Mesquita. Por Nova Iguaçu, chega-se ao PNMNI pela estrada do encanamento no Kaonze, e por Mesquita a principal referência é a bacia hidrográfica do rio Dona Eugênia, seguida dos acessos à Avenida Brasil. Nesse trecho, vive uma população de aproximadamente 23 mil habitantes, que potencialmente utilizam o Parque como área de lazer (NIMA, 2010). Apesar de possuir dois acessos principais, o mais utilizado pelos visitantes do parque é o feito pelo município de Mesquita, conforme a Figura 1. Na Figura 2, encontra-se o mapa de localização e acessos do Parque. No interior do parque, a principal via de circulação é a Estrada da Cachoeira que se estende da guarita de entrada até as antigas instalações do Clube Dom Felipe, compreendendo, aproximadamente, uma distância de 5,5 km (NIMA, 2010).



Figura 1: Entrada do PNMNI pelo bairro de Mesquita.
Fonte: Acervo do autor (2020)

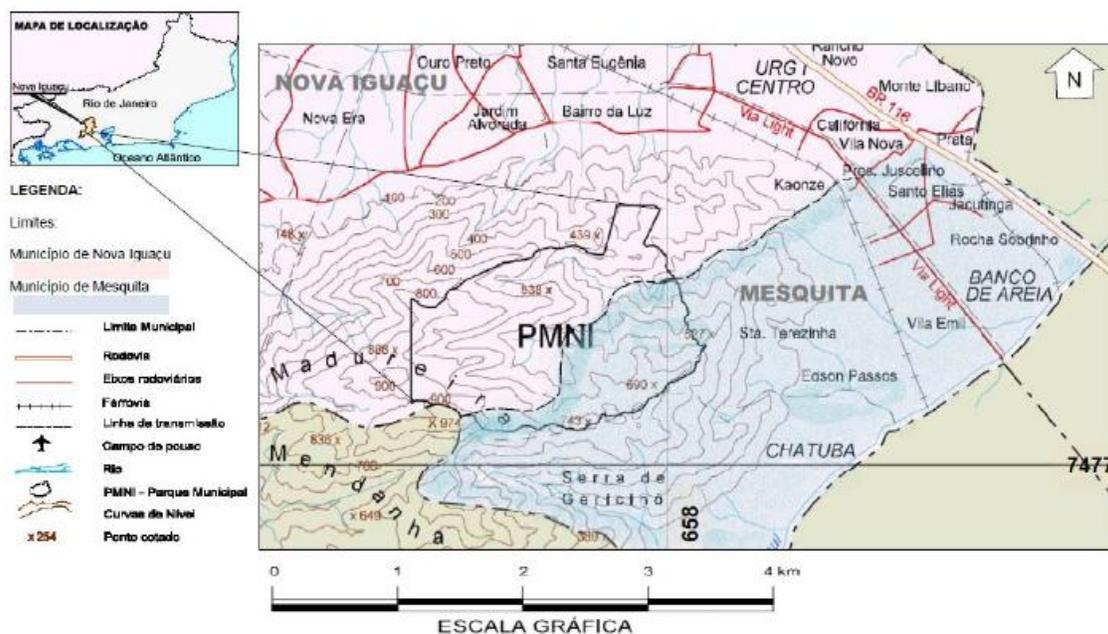


Figura 2: Mapa de localização e acessos do PNMNI.

Fonte: Modificado de D08 – Localização Geopolítica e Vias de Acesso, em Plano de Manejo do Parque Municipal de Nova Iguaçu – Versão Resumida – SEMUAM, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, 2001. Adaptado por Flávio A. P. Mello, 2007.

O Parque fica subordinado à Secretaria de Meio Ambiente de Nova Iguaçu, no entanto, a autonomia desta Secretaria muda de acordo com o governo ou com as reformas administrativas internas (MELLO, 2008). Com o intuito de possibilitar pesquisas científicas e difundir características desta unidade de conservação, um Plano de Manejo Extensivo foi criado, composto por três volumes e finalizado em Janeiro de 2000 por uma equipe técnica representada pela Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, em especial a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (atual Secretaria de Meio Ambiente), pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF - e o Fundo Estadual de Controle Ambiental – FECAM (NIMA, 2010). O Plano de Manejo é um documento técnico, baseado nos objetivos gerais da unidade de conservação para qual foi criado e foi elaborado a partir de estudos, como diagnósticos do meio físico, biológico e social. Ele estabelece as normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da UC, também inclui medidas para promover a integração do parque à vida econômica e social das comunidades vizinhas, o que é essencial para que a implementação da unidade de conservação seja mais eficiente (BRASIL, 2002).

2.1 – ATRATIVOS TURÍSTICOS DO PNMNI

O Parque abriga atrativos turísticos naturais e culturais como a Represa Epaminondas Ramos. Esta represa é de propriedade da CEDAE e foi construída em 1948, no entanto, está desativada desde 1981. Tal desativação ocorreu por conta do assoreamento e despejos irregulares de esgotos domésticos vindos de sítios localizados ao longo do Rio Dona Eugênia. Com a inauguração do Parque e remoção dos sítios, a qualidade da água melhorou, mas permanece a proibição para banhos em virtude do assoreamento existente. A manutenção do reservatório proporcionou uma paisagem próxima à entrada do Parque, uma vez que o acesso se dá ao lado da guarita, conforme pode ser visto nas Figuras 3 e 4.



Figura 3: Represa Epaminondas Ramos.
Fonte: Acervo do autor (2020)



Figura 4: Rio Dona Eugênia visto da Represa Epaminondas Ramos.
Fonte: Acervo do autor (2020).

Além da represa, a Pedreira São José também se destaca como atrativo do PNMNI, sendo uma pedreira de brita desativada há mais de 40 anos (MOTOKI; VARGAS, 2010), localizada a 200 metros da guarita de entrada do parque, conforme mostra a Figura 5, abaixo.



Figura 5: Pedreira (desativada) São José. Fonte: Acervo do autor (2020).

Com relação aos poços do Parque, ilustrado na Figura 6, os mesmos são caracterizados como áreas de lazer e de grande fluxo de turistas, destacando o Poço das Cobras, Poço do Casarão, Poço do Escorrega e Poço da Esmeralda. Alguns religiosos costumavam aproveitar os poços para batizar pessoas nas águas ou preparar oferendas, porém essas práticas estavam gerando poluição, assim, foi proibido qualquer tipo de manifestação religiosa no PNMNI (SANTOS, 2014).

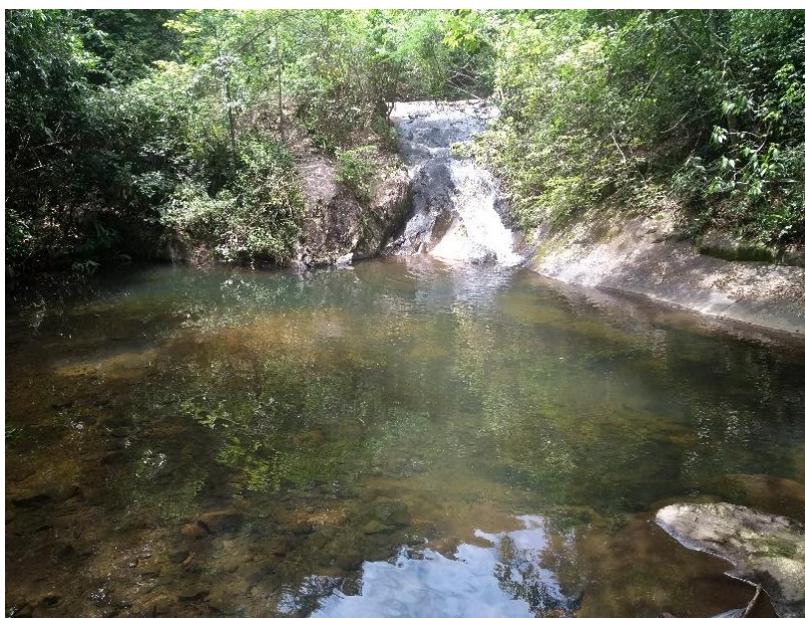


Figura 6: Poço da Esmeralda.
Fonte: Acervo do autor (2020).

O Parque também possui uma rampa de voo livre (Figura 7), cujo acesso se dá através da Estrada do Tatu-Gamela e é considerada um dos principais atrativos do local (SANTOS, 2014).



Figura 7: Rampa de voo livre.

Fonte: http://www.pmni.infotrilhas.com/lazer_rampa.html

Com base no exposto, nota-se que o PNMNI possui potencial turístico para se consagrar, cada vez mais, como roteiro indispensável à visita turística na Baixada Fluminense, especialmente no momento atual, com a criação da região da Baixada Verde, que será abordada na seção seguinte.

3 – A REGIÃO TURÍSTICA BAIXADA VERDE

A Baixada Fluminense, na região metropolitana do Rio de Janeiro, é composta administrativamente por treze municípios: Belford Roxo, Nova Iguaçu, Seropédica, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Japeri, Mesquita, Magé, Itaguaí Queimados, Paracambi e Guapimirim, sendo que sempre foi considerada uma região de baixo desenvolvimento social e econômico, pobre e violenta. Se considerarmos o incentivo às políticas públicas de turismo na região, o cenário é ainda mais desmotivador.

No início de 2017, um estudo do Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Câmara Metropolitana do Estado, intitulado Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, revelou que 36,27% do território que compõe a Região Metropolitana são formados por áreas verdes naturais preservadas. Desse total, 11% estão em municípios localizados na Baixada Fluminense, como Duque de Caxias e Nova Iguaçu⁴. O município de Duque de Caxias possui uma área territorial de 464,6 Km², sendo 44% desse total composto por área verde preservada. Já Nova Iguaçu, possui uma área de 520,8 Km² sendo 66% desse total compostas por Unidades de Conservação, Reserva Biológica, Áreas de Proteção Ambiental e parques naturais. Neste sentido, o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu ganhou destaque com seus 1,1 mil hectares de área verde preservada abrigando trilhas, cachoeiras, além da fauna e flora da região⁵.

Considerando os resultados do estudo, em meados de 2017 a Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro passou a denominar a Baixada Fluminense como *corredor verde*, e, em 14 de setembro de 2017 a Portaria nº 197 do Ministério do Turismo, por meio do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), integrou a região ao Mapa do Turismo Brasileiro que registrou 3.285 municípios com vocação turística em 328 regiões, e a Baixada Fluminense passou a se chamar Região Turística Baixada Verde, composta por dez municípios que passariam a receber incentivos e investimentos do governo na promoção e desenvolvimento do turismo local e a constar nos guias oficiais e folhetos turísticos de

⁴ O DIA. Rio de Janeiro. Baixada Verde: Região vai ter incentivo no ecoturismo. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2017-08-13/baixada-verde-regiao-vai-ter-incentivo-no-ecoturismo.html. Acessado em: 06 de set. de 2019.

⁵ O DIA. Rio de Janeiro. Baixada Verde: Região vai ter incentivo no ecoturismo. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2017-08-13/baixada-verde-regiao-vai-ter-incentivo-no-ecoturismo.html. Acessado em: 06 de set. de 2019.

divulgação do estado, sendo eles: Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Nova Iguaçu, Nilópolis, Magé, Mesquita, São João de Meriti, Seropédica e Queimados (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, quando se houve falar em Baixada Fluminense, a imagem que se propaga da região seria de cidades-dormitórios, lugares abandonados e compostos por fatores de pobreza, miséria e violência (ROCHA, 2013). Entretanto, a Baixada Fluminense tem muito a oferecer podendo ser considerada uma região riquíssima em opções de natureza, história, cultura, gastronomia e entretenimento, que servem como opções de turismo e lazer para a população e para os turistas, o que muitas vezes não é divulgado nas diferentes mídias de comunicação, desconstruindo a imagem da região. Dessa forma, o Plano Estratégico da Região Turística Baixada Verde também busca contribuir com a propagação de uma nova imagem para a região ao apontar que o título de *Baixada Verde* tem a capacidade de mudar e aperfeiçoar a imagem até então consolidada e também possibilitar novas oportunidades e uma nova visibilidade para o turismo na região (SEBRAE-RJ, 2018). Assim, conforme o referido Plano, a missão e a visão da nova região seriam, respectivamente: “acolher e surpreender por meio de nossa riqueza histórico-cultural e natural, porque nossa diversidade gera oportunidade” e “ser reconhecida como uma região turística acolhedora, que se orgulha de sua identidade, de sua diversidade e de sua atratividade, gerando desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2017, p. 44-45). O plano foi elaborado em conjunto com os dez municípios em parceria com o Sebrae/RJ e a SeTur/TurisRio em oficinas realizadas no município de Duque de Caxias, entre os meses de outubro e novembro de 2017, e lançado em 22 de fevereiro de 2018, no auditório da Associação Brasileira de Agências de Viagens do Rio de Janeiro, com a presença dos 10 representantes da região (JORNAL DE HOJE, 23/02/2018).

O esforço empenhado pelas Secretarias Municipais de Turismo dos dez municípios que compõem a Baixada Verde tem sido transformar a região em um atrativo turístico de qualidade e de apropriação da população, por suas inúmeras potencialidades, que perpassam pelo esforço de mudar a realidade local historicamente instituída pela violência, descaso e abandono, e pela exploração de terras e pessoas ao longo dos anos (SILVA, 2017), além da luta para romper com estigmas previamente estabelecidos com relação ao turismo, por estar próxima à capital, uma região turística consolidada, e entre as regiões Serra Imperial Verde, Costa Verde e Vale do Café outras regiões turísticas de renome no estado vencendo desafios das mais variadas dimensões.

4 - POTENCIALIDADES DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU NA REGIÃO TURÍSTICA BAIXADA VERDE (RJ)

Tendo em vista o que foi apresentado, entende-se que o PNMNI se configura como unidade de conservação importante para a região da Baixada Verde, considerando sua localização, extensão e os atrativos que o compõe. O potencial turístico do parque se torna compatível com a proposta do projeto, uma vez que abriga elementos do patrimônio natural e cultural da localidade, conforme já mencionado.

Para apoiar a inserção do PNMNI como uma das Unidades de Conservação integrantes da Região Turística Baixada Verde, conta-se com o apoio dos professores e alunos que compõem o Observatório de Turismo e Lazer da Região Turística Baixada Verde vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro junto à Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, via Secretaria Municipal de Turismo para realização do Inventário da Oferta Turística (IOT) do município. O IOT de Nova Iguaçu iniciou-se em meados de 2018 e ainda se encontra em processo de elaboração (CARNEIRO, 2019). Incluindo, entre outras coisas, o PNMNI como uma das principais ofertas turísticas naturais da região e principal atrativo natural do município por suas características e potencialidades locais.

O trabalho desenvolvido pela UFRRJ junto com as Secretarias Municipais de Turismo da região visa disponibilizar o maior número de informações possíveis sobre as

ofertas turísticas locais para facilitar a tomada de decisão por parte dos gestores públicos no fomento, desenvolvimento e aumento do fluxo turístico à área (CARNEIRO, 2019). Trata-se de uma importante ferramenta de dados que possibilitará a desconstrução da imagem negativa atribuída à Baixada Fluminense, como região estigmatizada pela pobreza e violência, num espaço rico em opções de lazer, cultura e turismo tanto para a população quanto para o visitante, mudando a realidade local e produzindo novos sentidos e sentimento de pertencimento por parte da população da Baixada⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem muitas pesquisas que apontam a importância da relação entre turismo e meio ambiente, e como os atrativos naturais se configuram como uma relevante motivação para o deslocamento turístico. Nesse sentido, destacam-se as Unidades de Conservação como áreas preservadas e com uma estrutura adequada a receber visitantes. Através do que foi apontado nesta pesquisa, no caso da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, foi reconhecida a existência de uma significativa extensão de área verde, incluindo atrativos naturais e culturais, constatação que surpreendeu muitas pessoas por conta do estereótipo da região como lugar apenas de violência e pobreza.

Assim, destaca-se a importância da criação da Região Turística Baixada Verde, que vem contribuindo para a mudança deste estereótipo, com o apoio das instituições públicas e privadas envolvidas. Dentro desta região, os 10 municípios envolvidos vem se capacitando e compilando informações e estudos que comprovem seu potencial turístico. Nesse processo, destaca-se o município de Nova Iguaçu, que abriga o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, considerado parte importante deste novo cenário.

O potencial turístico do PNMNI, tanto no âmbito natural quanto cultural, é capaz de impulsionar o município como parte da Região Turística Baixada Verde, ainda que hajam desafios a serem enfrentados. A possibilidade de realizar rapel, voo livre, trilhas e banhos nos poços e cachoeira atraem diferentes perfis de turistas e tende a incentivá-los a conhecer outras áreas verdes da Baixada, o que se entende como um dos objetivos do projeto: fazer com que o turista passe mais dias na Baixada Fluminense, fomentando o turismo na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

BOULLÓN, R. C. **Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista**. São Paulo: EDUSC, 2004.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei nº 9.985 de julho de 2000**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acessado em 04 de set. de 2019.

_____. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002**. 2. Ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.

_____. Ministério do Turismo. Portaria nº 197 de 14 de setembro de 2017. **Define o Mapa do Turismo Brasileiro e dá outras providências**. Brasília: Ministério do Turismo, 2017. Disponível em: > http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Portaria_n_197_de_14_09_2017_Mapa_2017.pdf. <<. Acessado em: 07 de set. de 2019.

CARNEIRO, M. Rural Semanal. Ano XXVI, nº 06, 08 a 14 de julho de 2019. Disponível em: > https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/RS_06_2019.pdf <. Acessado em: 07 de set. de 2019.

⁶ EXTRA. Caçadores de tesouros: universitários fazem inventário de atrações da Baixada. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/cacadores-de-tesouros-universitarios-fazem-inventario-de-atracoes-da-baixada-24020310.html>. Acessado em: 06 de nov. de 2019.

- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**, São Paulo: Hucitec, 1998.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
Disponível em: >
http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf.< Acesso em 20 de setembro de 2020.
- JORNAL DE HOJE. **Plano Estratégico do Turismo da Baixada Verde é concluído**.
Disponível em: > <https://jornalhoje.inf.br/wp/?p=74418> <. Acessado em: 06 de set. de 2019.
- MELLO, F. A. P. **Ordenamento da malha de trilhas como subsídio ao zoneamento ecoturístico e manejo da visitação no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu – RJ**. Dissertação orientada pela Profª Drª Nadja Maria Castilho da Costa – Rio de Janeiro, 2008.
- MOTOKI, A.; VARGAS, T. **Guia de excursão geológica – 1 – Parque Municipal de Nova Iguaçu – RJ**. Departamento de Mineralogia e Petrologia Ígnea - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, versão 1.0, setembro de 2010.
- NIMA – Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente/ Educação Ambiental. **Formação de valores ético-ambientais para o exercício da cidadania no Município de Nova Iguaçu**. PETROBRÁS, Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu. – Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.
- ODUM, E. P. **Fundamentos de Ecologia**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- ROCHA, A. S. **Geografia política das representações: projetos e jogos de poder na apropriação da Baixada fluminense**. In: Encontro de Geógrafos da América Latina. *Anais do 14. EGAL*. Peru, 2013.
- RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- SANTOS, J. S. C.. **Uso público em parques – Estudo de caso: Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Turismo) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: > https://www.academia.edu/10249152/USO_PUBLICO_EM_PARQUES_-_ESTUDO_DE_CASO_PARQUE_NATURAL_MUNICIPAL_DE_NOVA_IGUA%C3%87U <. Acesso em 20 de outubro de 2019.
- SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: EdUSP, 2008.
- SEBRAE-RJ, Serviço Brasileiro Apoio às Micro e Pequenas Empresas/Rio de Janeiro. **Plano Estratégico da Região Turística - Baixada Verde**. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2018.
- SILVA, L. **De Grande Iguaçu à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região**. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói-RJ, agosto de 2017.
- TRIGO, L. G. G. **Turismo básico**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2004.